




ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_ª)  
 PERGUNTA Número 1198 / x (4ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>11 102 12009</u>
O Secretário da Mesa 

Assunto: Situação social na empresa Facol, em Santa Maria da Feira

Destinatário: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

A situação social vivida pelos trabalhadores da empresa Facol, em Santa Maria da Feira, motivou, por parte deste Grupo Parlamentar, a apresentação de perguntas ao Governo sobre as condições de segurança em que aqueles trabalhadores, na sua maioria mulheres, laboram diariamente.

Em resposta ao requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP em 17 de Maio 2007, o Governo dava nota do acompanhamento pela Inspeção-Geral do Trabalho, agora ACT, da situação da empresa. Nessa mesma resposta, afirmou o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social que a empresa havia encetado um processo de *lay off*, envolvendo 37 trabalhadores da empresa.

Ora, chegou ao conhecimento deste Grupo Parlamentar que no decurso desse processo a Segurança Social apenas efectuou os pagamentos aos trabalhadores 8 meses após o início do *lay off*.

Sucede que, actualmente, a empresa recorreu novamente ao *lay off* a 1 de Fevereiro de 2009 e os seus trabalhadores estão sem receber os seus salários há 5 meses, tendo recebido apenas 10% do subsídio de férias.

Tal situação é incomportável para os trabalhadores que necessitam do seu salário e dele dependem exclusivamente para sobreviver e pagar as obrigações assumidas.

Estes trabalhadores têm sido sujeitos a várias pressões e a condições de trabalho que, mesmo no entender do MTSS "não são as mais adequadas", e não se compreende, estando a ACT, como afirmou, a acompanhar a situação da empresa, que esta situação se verifique sem que sejam tomadas medidas e a sobrevivência destes trabalhadores esteja ameaçada.

Ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4º do Regimento da Assembleia da República, solicito ao **Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social** os seguintes esclarecimentos:



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- Que conhecimento tem da situação relatada?
- Qual o fundamento da empresa Facol para um novo recurso a *lay off*?
- Que motivos fundamentam o pagamento dos salários dos trabalhadores, por parte da Segurança Social, com 8 meses de atraso?
- Que medidas inspectivas foram levadas a cabo pela ACT e qual o seu resultado?
- Que medidas pretende esse Ministério tomar para assegurar o pagamento dos salários em atraso?

Palácio de S. Bento, 10 de Fevereiro de 2009

O Deputado:

(Jorge Machado)